

# FAZER CIÊNCIA, FAZER HISTÓRIA: FLORESTAN FERNANDES, L. A. COSTA PINTO E A SOCIOLOGIA DA MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

Patrícia Olsen de SOUZA<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** Este artigo discute as abordagens teóricas e interpretativas de Florestan Fernandes e L. A. Costa Pinto sobre a mudança social no Brasil. Os dois sociólogos participaram ativamente do debate intelectual sobre o desenvolvimento travado nas décadas de 1950 e 1960, momento decisivo para a implantação do capitalismo no Brasil, marcado pela disputa de projetos sobre os rumos do país em meio à crescente articulação da sociedade civil. Nesse contexto, distanciando-se do nacionalismo hegemônico no debate intelectual e a partir de perspectivas distintas – próximas em alguns pontos, distantes em outros – Fernandes e Costa Pinto pensaram a particularidade da mudança social nos países subdesenvolvidos, enveredando-se no debate de questões epistemológicas sobre os procedimentos adequados para a sociologia contribuir com o processo de mudança social em curso, pois, para os dois autores, o conhecimento sociológico, além de produto, era visto também como coprodutor da história. Por meio de seus trabalhos teóricos e interpretativos Florestan Fernandes e Costa Pinto constituíram-se em construtores privilegiados do léxico-linguístico pelo qual a sociologia pensou a mudança social no Brasil e na América Latina nas décadas de 1950 e 1960.

■ **PALAVRAS-CHAVES:** Florestan Fernandes. Costa Pinto. Sociologia. Desenvolvimento. Mudança Social. Marginalidade Estrutural.

---

<sup>1</sup> IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Matão – SP – Brasil, CEP 15.991-502. patricia.olsen@ifsp.edu.br.

## Introdução

Nos anos de 1950 e 1960, a sociedade brasileira esteve profundamente marcada pelas discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo no país. Compreendido difusamente como a internalização do processo de decisões econômicas, o desenvolvimento foi a ideia-força do momento e pautou todos os espectros do debate nacional permeando os diversos grupos que compunham a sociedade (de esquerda à direita): movimentos sociais, partidos políticos, governos, grupos acadêmicos e a comunidade intelectual. De modo geral o desenvolvimento foi abordado com uma ênfase econômica, contudo, tornou-se um tema controverso e adquiriu significações distintas para os diversos atores que o pensaram.

A sociologia brasileira – constituída como disciplina específica, gozando de reconhecimento social e praticada em diversos meios intelectuais, acadêmicos ou não – participou de forma ativa desse debate, na expectativa de explicar o processo de desenvolvimento por meio de um viés especificamente sociológico e de contribuir, por meio de análises rigorosas, para a superação da situação de subdesenvolvimento. Buscando opor-se, complementar ou corrigir as lacunas das concepções econômicas (as quais segundo as avaliações correntes no meio sociológico compreendiam o desenvolvimento de forma unilateral) o pensamento sociológico brasileiro passa a investigar os condicionantes ou os fatores extra econômicos do desenvolvimento. Essa percepção especificamente sociológica do desenvolvimento é expressa por meio de diversas pesquisas que procuravam compreender os fatores que o determinavam (urbanização, industrialização, mobilidade social e estrutura ocupacional) e os que o favoreciam ou dificultavam (educação, padrões comportamentais, organização política, estrutura agrária).

Tais questões passaram a ser abordadas como componentes de um amplo processo de mudança social, pois para os sociólogos que vivenciaram esse debate o desenvolvimento não era somente uma questão econômica, mas política, social e cultural. Compreendê-lo e orientá-lo significava um esforço no sentido de articular e compor as diversas peças dos quebra cabeças da vida social, ou, em outros termos, tratava-se de estudar o desenvolvimento tendo em vista a sociedade brasileira em sua

totalidade e em suas articulações com o sistema capitalista internacional, buscando explicar os seus obstáculos estruturais. E é por meio do estudo da mudança social que a sociologia brasileira procura estabelecer o nexos que une e dá sentido explicativo ao amplo processo de transformações pelo qual a sociedade passava.

Nesse universo no qual emergiu o pensamento sociológico brasileiro dos anos de 1950 e 1960 a mudança social pode ser compreendida com um “tema-chave”. Como uma “linguagem” (POCOCK, 2003, p.23), utilizada pelos diversos interlocutores que examinaram a questão do desenvolvimento, que expressa-se em diversos trabalhos dos cientistas sociais da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro; de centros de pesquisa extra-universitários como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e o Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), ambos no Rio de Janeiro; nos debates travados e transcritos nos Anais do I Congresso de Sociologia (1955) e nos Anais do Seminário Internacional *Resistência à mudança* (1960); bem como nas revistas de ciências sociais mais significativas do período, como a *Sociologia* e a *Brasiliense*.

Não significa, em absoluto, admitir que houvesse unanimidade nas abordagens, pois os diversos sociólogos que se enveredaram pelo debate participavam de instituições específicas, compartilhavam de uma determinada cultura intelectual, tinham uma formação sociológica própria, em suma, avaliaram o fenômeno por perspectivas distintas, o que implica em uma gama enorme de interpretações. Nesse contexto histórico, léxico, linguístico e intelectual a mudança social pode ser compreendida como uma forma de abordagem do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil utilizada pelos diversos sociólogos os quais, ao “reagirem uns contra os outros”, construíram suas interpretações por meio do léxico linguístico predominante naquele contexto (POCOCK, 2003, p. 25-27).

O pensamento brasileiro dos anos de 1950 e 1960 foi marcado por grandes transformações sociais e permeado por diversas propostas de desenvolvimento com as quais os sociólogos tiveram que se debater. A mudança social, nesse contexto, apresentou-se não somente como um conceito, mas como uma forma de posicionamento do pensamento sociológico frente às

transformações do período. Um posicionamento que trazia em seu bojo a expectativa de transformação da sociedade inscrita em uma agenda progressista, pois, como esclarece Villas Bôas (2006, p.116): “Naquela época, fazer ciências significava fazer história, uma vez que os resultados das pesquisas científicas levavam à transformação da sociedade brasileira em uma etapa ou nova fase da sua história”.

Este artigo discute as abordagens teóricas e interpretativas da mudança social no pensamento de dois personagens centrais da sociologia brasileira dos anos de 1950 e 1960: Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo (USP), e Luiz de Aguiar Costa Pinto, da Universidade do Brasil. Fernandes e Costa Pinto formaram-se nas primeiras levas de cientistas sociais e por meio de suas atividades como docentes e pesquisadores tornaram-se construtores privilegiados da sociologia como campo científico no Brasil. Por esse motivo, os dois sociólogos são encarados como personalidades paradigmáticas.

Não precisamos ir muito longe para atestar a importância de Fernandes e Costa Pinto para a sociologia brasileira. Basta considerarmos que Florestan Fernandes é reconhecido pelos estudiosos da sociologia no Brasil como o principal artífice e personagem síntese da ciência social praticada na USP. Esse reconhecimento deve-se a seus esforços no sentido da institucionalização da disciplina, da elaboração teórica, das interpretações sobre o Brasil, da formação de cientistas sociais e da construção de um grupo de pesquisa – no âmbito da cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP –, considerado pelos especialistas como a “escola paulista de sociologia” (ARRUDA, 1995), cuja produção intelectual repercute nas ciências sociais até hoje.

Luiz de Aguiar Costa Pinto foi professor livre-docente de Sociologia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF1) e professor catedrático de Sociologia da Faculdade de Economia e Administração, ambas na Universidade do Brasil; autor de importantes elaborações teóricas e interpretativas sobre a mudança social no Brasil; participou de instituições de pesquisa do Rio de Janeiro como o CBPE e o CLAPCS – do qual foi o primeiro diretor; além de ter atuado nas ciências sociais em âmbito internacional: integrou a comissão de peritos convocada pela UNESCO para elaborar a primeira declaração sobre raças, foi vice-presidente e membro do comitê executivo da International

Sociological Association (ISA) e trabalhou como pesquisador nas Nações Unidas.

L. A. Costa Pinto e Florestan Fernandes participaram de forma ativa do debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, momento decisivo da formação da sociedade de classes no país. Por meio de suas pesquisas, indagações, respostas, propostas e dos debates epistemológicos que travaram construíram um arcabouço teórico-metodológico, conceitual e interpretativo sobre a mudança social que se tornou referência para o debate intelectual no contexto e para as futuras gerações de cientistas sociais.

A orientação metodológica adotada aborda o pensamento como uma força viva originada em um contexto específico, mas que não se restringe e se explica somente em sua conexão com esse momento imediato. Pocock (2003) nos elucida a respeito dessas questões ao afirmar que o contexto não é somente histórico e social, mas também léxico e linguístico<sup>2</sup>; ou seja, o pensamento ecoa além do tempo e do espaço, influenciando o debate político e o trabalho cultural das novas gerações, adquirindo novas interpretações ao ser reutilizado por outros agentes sociais. Mobilizamos também a sociologia dos intelectuais de Karl Mannheim, pois pensamos que ela é mais adequada para apreender a intrincada teia do pensamento social, inclusive, para estabelecer as complexas conexões entre as ideias e a vida social.

O conceito de “estilo de pensamento” formulado por Mannheim (1981) é utilizado para tratar o pensamento sociológico brasileiro em sua “unidade interna”, considerando que “há diferentes escolas de pensamento distinguíveis pelos diferentes modos como utilizam diferentes padrões e categorias de pensamento” (MANNHEIM, 1981, p. 79), uma vez que “certos princípios determinantes, provenientes do grupo, estão atuando no indivíduo que molda, de acordo com eles, suas experiências e conhecimentos potenciais” (MANNHEIM, 1981, p. 83). Essa concepção permite situar Costa Pinto e Florestan Fernandes como expoentes da sociologia brasileira de meados do século XX, compreendendo-a como um “estilo de pensamento”, porque portadora de determinados padrões, categorias de pensamento e léxicos, que asseguram sua “unidade interna”.

O “estilo de pensamento”, nessa acepção, é plasmado na sua interação com a dinâmica histórica, econômica, social, política

---

<sup>2</sup> Ou também ideológico (SKINNER, 1996).

e cultural de determinada época “podendo ser mostrado, em última análise, como algo nascido das lutas e conflitos de grupos humanos” (MANNHEIM, 1981, p. 83), levando em conta que:

a chave para a compreensão das mudanças nas ideias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino dos grupos e classes sociais que são os “portadores” desse estilo de pensamento (MANNHEIM, 1981, p. 78)<sup>3</sup>.

Dessa forma, podemos conceber a sociologia brasileira daquele período como parte da história, como produto e como produtora de sua época.

Produto de uma sociedade que anseia ser moderna, nos momentos decisivos de sua transição para o capitalismo – entre o final do século XIX e meados do século XX –, a sociologia figurou, nesse contexto, como instrumento de modernização, de racionalização e de auto compreensão da sociedade, exprimindo não só as ambiguidades e as questões próprias desse tipo de processo, mas principalmente os conflitos entre os diversos sujeitos sociais que buscavam imprimir um rumo à história: uns referidos à tradição (o mundo rural, patriarcal, definido pelo latifúndio), outros com raiz na ordem moderna e urbana em formação.

É preciso considerar, no entanto, as diferenças que medram dentro de um “estilo de pensamento”. Isso porque os diversos cientistas sociais pensaram a mudança social a partir de pontos de vista específicos, o que gerou polêmicas em torno da caracterização do processo, bem como do instrumental teórico metodológico adotado nas análises. Para compreender as particularidades das formulações de Fernandes e Costa Pinto sobre a mudança social utilizamos a noção de “perspectiva” do sujeito cognitivo (MANNHEIM, 1967). Perspectiva é a maneira específica pela qual o sujeito do conhecimento vê o objeto, como o percebe e o constrói; ela é formada pela experiência humana e abrange a seleção de aspectos da realidade feita pelo sujeito, bem como sua elaboração cognitiva. Entretanto, como o pensamento é uma força coletiva, originada pelos movimentos da história, a perspectiva do sujeito do conhecimento é determinada, em última instância, por sua inserção social.

---

<sup>3</sup> As citações de texto deste artigo preservaram a ortografia original.

Buscamos apreender as “perspectivas” pelas quais Costa Pinto e Florestan Fernandes analisaram a mudança social a partir de suas relações com os grupos nos quais eles participaram ou com os quais polemizaram: as instituições de ensino e pesquisa de ciências sociais das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro – compreendidas em suas conexões com o contexto mais amplo. Esse procedimento visa perceber como se formaram as “perspectivas” dos dois sociólogos a partir de sua interação com determinadas maneiras de conceber e praticar a sociologia.

## **A sociologia da mudança social de Florestan Fernandes e de Costa Pinto**

Nos anos de 1940, Fernandes e Costa Pinto formaram as perspectivas sociológicas por meio da qual pensaram a mudança social nas décadas de 1950 e 1960. Naquele momento, Florestan se formou como sociólogo na FFCL da USP e na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP); e Luiz de Aguiar Costa Pinto realizou o mesmo processo na FNF da Universidade do Brasil. Florestan Fernandes dedicou-se, ao longo dos anos de 1940, a análise do folclore na cidade de São Paulo (FERNANDES, 1961) e ao estudo da sociedade tupinambá, de sua organização social (FERNANDES, 1963a) e da função social que a guerra nela exercia (FERNANDES, 1970). Costa Pinto pesquisou as lutas de família na sociedade colonial brasileira (COSTA PINTO, 1980a), buscando apreender os significados das formas tradicionais e modernas de repressão aos delitos em seu movimento de transição; estudou, também, a estrutura da sociedade rural brasileira interpretando-a por meio da noção de classes sociais (COSTA PINTO, 1946; 1948).

Há certa proximidade entre as temáticas trabalhadas pelos dois autores; entretanto, eles pensaram os temas ligados às sociedades tradicionais e/ou à transição entre tradição e modernidade por meio de perspectivas distintas, adotando arcabouços teórico-metodológicos diferentes em suas análises: Fernandes privilegiou o método de interpretação funcionalista e vislumbrou na sociologia empírica-indutiva um modelo para o desenvolvimento da disciplina no Brasil – a exemplo da sociologia norte-americana praticada na Universidade de Chicago<sup>4</sup> –; já

---

<sup>4</sup> A sociologia empírica começou a ser praticada no Brasil na ELSP e foi introduzida nessa instituição de ensino por Donald Pierson. Ao realizar seu mestrado nessa escola Florestan entrou em contato com as técnicas e métodos de pesquisa empírica desenvolvidos na Universidade de Chicago no começo do século XX.

Costa Pinto adotou, centralmente, um instrumental teórico-metodológico mais afinado com o marxismo, dialogou com a tradição do pensamento social brasileiro expresso em autores como Oliveira Viana, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Nestor Duarte, Caio Prado Júnior, entre outros, e teceu duras críticas à adoção de um paradigma de sociologia empírica em detrimento de uma teoria geral da sociedade. As diferenças nas abordagens dos autores podem ser explicadas por sua inserção em ambientes intelectuais bastante diversos.

No Rio de Janeiro, a ciência social voltava-se para o estudo de temas estruturais, considerados relevantes para a compreensão global da sociedade brasileira, e preocupava-se com o compromisso desse conhecimento com a ação transformadora; mais próxima, portanto, da tradição de pensamento social vigente no país. Em São Paulo, a ciência social estava envolvida com o estudo empírico das diversas facetas da sociedade por compreender que esse era o procedimento mais adequado ao estudo científico da realidade social; por isso acreditava-se que seria preciso acumular conhecimentos e criar as condições operacionais para que a sociologia pudesse contribuir para a solução dos diversos problemas sociais do Brasil – num registro adjacente ao das ciências sociais norte-americanas (ALMEIDA, 1989; VIANNA, 1997).

Ao compartilharem ambientes intelectuais tão distintos, Fernandes e Luiz de Aguiar construíram suas respectivas visões de mundo sobre a sociedade, a sociologia e as relações desta com a mudança social, filiando-se a determinadas formas de conceber a sociedade e sua ciência. Tais diferenças foram expressas de forma exemplar no debate epistemológico em torno das relações entre sociologia e mudança social travado pelos dois sociólogos, no ano de 1947, no número 4, da revista *Sociologia*.

No artigo “Sociologia e mudança social” (COSTA PINTO, 1947), Luiz de Aguiar cobrou uma postura crítica da sociologia em face aos desafios que a sociedade capitalista lhe impunha. Para o autor, a sociedade capitalista estaria em crise de transição<sup>5</sup> e por isso a sociologia deveria dedicar-se ao estudo da mudança social, considerada como lei fundamental da sociedade. Em face desse diagnóstico, o professor da Universidade do Brasil

---

<sup>5</sup> O diagnóstico de crise formulado por Luiz de Aguiar passava pelo fim da era de ouro do liberalismo; pelos conflitos impressos nas duas grandes guerras mundiais, sobretudo, na celeuma da ideologia nazifascista; e, também, pela alternativa ao capitalismo que a revolução russa, a União Soviética e a teoria marxista representavam naquele contexto.



defendeu o materialismo histórico como o método mais adequado à investigação dos processos de mudança social e teceu duras críticas à sociologia empírica, à importação acrítica de ideias, à noção de imutabilidade da ordem social e às proposições de síntese na teoria sociológica – vistas por ele como “crises de conciliação”. Florestan escreveu uma réplica no mesmo número de *Sociologia*, “O problema do método na investigação sociológica” (FERNANDES, 1947), defendendo as formulações de autores como Karl Mannheim – propositor da síntese entre as contribuições das várias vertentes das ciências sociais –, bem como advogando a necessidade do desenvolvimento empírico-indutivo da sociologia para que ela pudesse converter-se em “intervenção na realidade social”<sup>6</sup>.

As formulações de Costa Pinto e Fernandes, inscritas nos debates entre os cientistas sociais paulistas e cariocas, expressam entendimentos diversos sobre o ideal de ciências sociais e sobre seu papel na sociedade brasileira. Entretanto, ao invés de serem compreendidas como concepções estanques e intercambiáveis, exprimem os complexos movimentos da sociologia – compreendida em sua “unidade interna” (MANNHEIM, 1981) – no momento de sua constituição como disciplina científica no Brasil.

O estruturalismo enquanto fundamento teórico (ou visão de mundo) esteve no bojo das formulações de Fernandes e de Costa Pinto sobre a mudança social, embora os dois sociólogos tenham feito uso dos mais variados conceitos impressos na sociologia da década de 1950. Tanto o estrutural-funcionalismo como o materialismo histórico, metodologias de viés evolucionista, penetraram no Brasil por meio do estruturalismo (ALEXANDER, 1987)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> As divergências em torno das distintas concepções de ciência social em São Paulo e no Rio de Janeiro se estenderam ao longo dos anos de 1950. A polêmica de Florestan Fernandes e Costa Pinto foi seguida por outras. Guerreiro Ramos tomou posição no debate ao apresentar suas teses para o II Congresso Latino-Americano de Sociologia, em 1953. Entre suas propostas constava a seguinte: “4ª – No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais”; (RAMOS, 1957, p. 77). Florestan Fernandes, representante máximo da ciência social paulista e defensor das pesquisas empíricas, se opôs frontalmente às posições defendidas por Guerreiro Ramos. Para Fernandes havia um grave equívoco na tradição do pensamento social brasileiro: a dissociação entre a pesquisa empírica e a interpretação da realidade social. Essa separação foi caracterizada pelo sociólogo paulista como uma anomalia, da qual ele citou Guerreiro Ramos como exemplo (FERNANDES, 1977, p. 50-5).

<sup>7</sup> O estruturalismo esteve na base das teorias sociais em voga nos anos de 1950 e 1960, fundamentando, inclusive, as teorias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – principal

Florestan Fernandes concebeu a sociedade como uma estrutura diferenciada em suas partes, as quais por meio de sua dinâmica de integração e reintegração funcional garantiam o equilíbrio do sistema social (a estrutura social), em sua continuidade ou em sua mudança. A visão de sociedade pela qual o sociólogo paulista estudou a mudança filiava-se ao estrutural funcionalismo. Por isso ele valorizou o método de interpretação funcionalista não apenas como recurso para o estudo da organização social, mas também para a compreensão dos aspectos da mudança determinados pela primeira (FERNANDES, 1972). O autor também acreditava que o método de interpretação funcionalista era o mais adequado (porque mais refinado) à investigação empírica, por isso o adotou na pesquisa sobre relações raciais na cidade de São Paulo (BASTIDE; FERNANDES, 1959). Ou seja, o recurso ao método funcionalista está intimamente ligado à concepção de sociologia de Florestan – ciência em fase de elaboração empírico-indutiva.

A compreensão da sociedade como uma estrutura diferenciada e integrada em suas partes levou o sociólogo paulista a analisar a mudança social no Brasil, durante a década de 1950, por meio do conceito de demora cultural<sup>8</sup>. Assim, as resistências à mudança viriam da diferença dos ritmos de transformação das partes da estrutura social. A esfera cultural – o plano dos valores – demorava para assimilar as transformações geradas pela industrialização e pela urbanização (FERNANDES, 1954; 1976; BASTIDE; FERNANDES, 1959). Por isso, os problemas oriundos da mudança – como os vícios da democracia brasileira e a relutância dos brancos em aceitarem os negros como iguais na sociedade de classe – foram vistos pelo autor como aspectos normais da mudança que se operava na sociedade e não como um caso de anomia. Nesse registro, as tensões faziam parte do processo de mudança, mas não se constituíam ainda como o centro de sua análise, ou melhor, não eram vistas de forma tão problemática como passaram a ser tratadas no início da década de 1960.

O autor já considerava o conservadorismo das elites dirigentes como o principal entrave à mudança. Esse aspecto está

---

mentora dos projetos de desenvolvimento para a região (BIELSCHOWSKY, 1988).

<sup>8</sup> Formulado originalmente por William Ogburn, um dos expoentes da escola de Chicago (OGBURN, 1922). Depois de Ogburn, vários cientistas sociais norte-americanos aplicaram o conceito de demora cultural para explicar os conflitos que marcavam o processo de mudança social em curso naquele país (COLOUN, 1995).

claramente delineado em seu exame sobre a forma de condução da transição do trabalho escravo para o livre: nela permaneceram os interesses dos setores dominantes, os quais concorreram para a precária inserção do negro na sociedade de classes e para a manutenção do preconceito de cor e dos privilégios sociais aos grupos dominantes, ambos incompatíveis com a sociedade de classes. Nesse registro, o recurso à análise histórica também foi um elemento importante para a compreensão de Florestan Fernandes sobre o processo de mudança social no Brasil (BASTIDE; FERNANDES, 1959).

Na concepção de Florestan Fernandes a mudança pela qual a sociedade brasileira passava era sócio-cultural e o conservadorismo uma espécie de resquício do padrão de organização social tradicional (escravocrata e patrimonialista). Nesse ponto a sociologia emerge como ator privilegiado; ela colaborava com a aceleração da mudança sócio-cultural e com a remoção dos obstáculos à transformação da sociedade porque era um saber racional compatível com o padrão de civilização para o qual o Brasil tendia.

Para Fernandes, a sociedade brasileira transitava para o padrão de civilização ocidental, baseado na ciência, na democracia e no planejamento. O diálogo profícuo com a obra de Karl Mannheim (MANNHEIM, 1953, 1967, 1972) levou Florestan a tornar-se um dos maiores defensores da ideia de que a ciência, em especial a sociologia, seria um instrumento privilegiado para orientar a mudança social. A mudança social espontânea não correspondia aos imperativos da era da ciência e do planejamento. Era preciso provocar a mudança com base nos conhecimentos científicos. Daí seus esforços de construção teórica de uma sociologia aplicada – fomentadora da mudança social provocada (FERNANDES, 1976). Ao optar por uma proposta de mudança social realizada por meio da ação humana consciente e organizada, Florestan Fernandes distanciou-se de certo mecanicismo presente no estrutural funcionalismo.

Nesse sentido, Karl Mannheim foi crucial na conformação da sociologia da mudança social de Florestan Fernandes. É dessa inspiração que emerge sua síntese teórica para o estudo da mudança social<sup>9</sup>. Assim, Florestan aproveitou as contribuições do estrutural funcionalismo, da sociologia compreensiva, do

---

<sup>9</sup> Formulada em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (FERNANDES, 1976) e utilizada como recurso interpretativo nas diversas análises do sociólogo paulista sobre a mudança social no Brasil entre os anos de 1950 e 1964.

materialismo histórico e da sociologia norte-americana para o estudo das transformações da sociedade brasileira. Mas, mais que isso, o diálogo com Mannheim permitiu ao professor da USP formar uma visão de futuro orientadora de seus esforços teóricos e interpretativos sobre a mudança social no Brasil. A sociedade brasileira caminhava para um padrão de organização social democrático, típico da “ordem social competitiva” e da economia capitalista. Há, no pensamento de Florestan Fernandes, uma visão positiva sobre as possibilidades de democratização dos benefícios da civilização ocidental (democrático-burguesa) no Brasil, avaliação essa que não lhe impediu de reconhecer seus aspectos problemáticos.

O autor pensava em democratização social, econômica, política e cultural dentro dos limites da sociedade capitalista, sem qualificar (como superior ou ideal) essa forma de organização social. Tratava-se de detectar, por meio da análise científica, o padrão societário para o qual o Brasil tendia e utilizar-se dos recursos abertos pelas descobertas das ciências sociais para conferir o máximo de racionalidade ao processo. Para Florestan o papel do sociólogo não era traçar planos para uma sociedade ideal, mas estudar o processo de mudança social em curso para poder conduzi-lo racionalmente – o que abria perspectiva para a solução dos inúmeros problemas que acompanhavam o processo de mudança.

Já no caso da sociologia da mudança social de Costa Pinto, o núcleo estruturador é o conceito de marginalidade estrutural. A concepção de que a sociedade brasileira se marginalizava entre duas estruturas, uma tradicional e arcaica, a outra moderna e capitalista, levou o autor a conferir atenção especial às ambiguidades e assimetrias do processo de mudança social desde o início dos anos de 1950. A concepção de sociedade do autor foi extraída do diálogo com a obra de Karl Marx. Para Luiz de Aguiar a sociedade é uma estrutura fundamentada nas relações sociais de produção, a partir das quais os homens criam seu sistema de estratificação social, bem como seus valores e suas instituições. As partes dessa estrutura social relacionavam-se de forma dialética a partir das ações de homens concretos e de relações sociais de classe. Essa visão de sociedade é nítida em seu estudo sobre o Recôncavo baiano (COSTA PINTO, 1958).

Para o autor, o processo intenso de mudança social pelo qual o Recôncavo baiano passava, em virtude da introdução

de refinarias da Petrobrás em uma sociedade tradicional, fundamentada nos engenhos e usinas de cana-de-açúcar, faria dele o “laboratório de uma experiência humana”. Nesse sentido, aquela região antecipava as características da mudança social no Brasil porque permitia vislumbrar os processos de natureza estrutural por meio dos quais a transição se realizava<sup>10</sup>.

O conceito de marginalidade estrutural já havia sido anunciado no estudo que Luiz de Aguiar empreendeu sobre as lutas de famílias no Brasil (COSTA PINTO, 1980a), resultado da primeira pesquisa realizada pelo autor quando ele ainda cursava ciências sociais na FNFfi, tendo por base um estudo empírico documental (baseado em fontes históricas primárias) sobre as *vendettas* entre os Pires e os Camargo (na capitania de São Vicente, em São Paulo, durante o século XVII) e entre os Montes e os Feitosas (no Ceará, durante o século XVIII). Ao investigar as formas particulares de manifestação da vingança privada no Brasil e, também, o processo de mudança que nela se operou em virtude da complicação da estrutura social, Costa Pinto se enveredou pelo estudo das complexas relações (de competição, conflito e amalgama) entre as esferas pública e privada na história do Brasil – apontando-as como constitutivas da sociabilidade do brasileiro.

O conceito de marginalidade estrutural de Luiz de Aguiar não se fundamentava apenas em Marx. A incorporação da noção de contemporaneidade do não coetâneo de Willem Pinder foi o elemento que permitiu ao sociólogo baiano perscrutar de forma original as ambiguidades e assimetrias da estrutura social em mudança (VILLAS BÔAS, 2005). Gláucia Villas Bôas esclarece que “Pinder questionava a linearidade dos tempos da história da arte e insistia em uma coexistência de tempos distintos” (VILLAS BÔAS, 2005, p. 92). Luiz de Aguiar também vislumbrou a coexistência de tempos históricos distintos no mesmo espaço geográfico:

Em diferentes esferas da vida quotidiana, com freqüência, transita-se do primitivo ao moderno, do medieval ao contemporâneo, do pré-industrial ao super-capitalista, do auto-consumo ao consumo-conspícuo – pois aqui o tempo, parece, não fluiu sincronicamente (COSTA PINTO, 1958, p. 25-6).

---

<sup>10</sup> Após ser formulado, o conceito de marginalidade estrutural foi utilizado por Luiz de Aguiar para analisar a mudança social no Brasil e na América Latina (COSTA PINTO, 1964, 1970, 1980b, 1998).

Nos grandes hiatos criados pelo fluxo não sincrônico do tempo, no qual se encontravam formas de organização da produção e, também, atitudes e valores referidos a diferentes ordens sociais, é que se formavam as assimetrias e contrastes que caracterizavam o Recôncavo em seu processo de mudança social.

Para Costa Pinto, a sociedade brasileira estava marginalizada entre duas formas de organização econômica e social, entre dois estilos de vida – o que conferia um aspecto dramático ao seu processo de mudança social, já que essas alternativas chegavam a se anular, fazendo da transição um processo lento e penoso. Na visão do autor, a mudança social se caracterizava pelos conflitos, mas também pela acomodação entre as condutas sociais referidas à tradição e à modernidade. Por meio desse entrelaçamento é que o homem brasileiro construía seu futuro.

Costa Pinto não negava a ideia – largamente utilizada por Florestan Fernandes – de que as partes da estrutura social se transformavam em ritmos distintos e que essa assimetria implicava em resistências às mudanças. Todavia, o sociólogo baiano pensava que as resistências à mudança não partiam somente da esfera cultural da sociedade (embora se fizessem sentir de forma mais aguda nesse plano), pois coexistiam no processo de transição duas estruturas econômicas e sociais. Para ilustrar sua visão das conexões entre as partes da estrutura social, Luiz de Aguiar evocou a ideia de um círculo vicioso, no qual se davam as resistências à mudança. Por isso não eram apenas os impulsos da mudança social que se refletiam em toda a estrutura social, mas também as resistências a ela.

Para Luiz de Aguiar, a modernidade não era redentora da tradição, isso porque ela também estava em crise, era problemática. As relações contratuais introduzidas pela Petrobrás no Recôncavo baiano não resolviam por si só os conflitos engendrados pela visão de mundo patrimonialista (COSTA PINTO, 1958). Os novos movimentos negros<sup>11</sup> – fruto

---

<sup>11</sup> Costa Pinto identificou dois tipos de associações negras: as tradicionais e as novas. O primeiro tipo de associação (agremiações populares como as gafeiras, por exemplo) exprime o padrão tradicional de relações entre brancos e negros; suas atividades eram recreativas ou religiosas e assinalavam a contribuição africana à cultura de *folk* brasileira. As associações de novo tipo eram produto das alterações pelas quais a sociedade brasileira passava, principalmente a partir da década de 1930, e por isso pretendiam imprimir um novo rumo àquelas mudanças. Eram grupos formados pelas “novas elites negras”, que ascenderam socialmente por meio do campo cultural (típico canal de capilaridade social no Brasil) e objetivavam estender essa ascensão afirmando sua negritude, com atitudes combativas. Entretanto, sua postura frente à massa negra era a mesma de todas as elites frente às massas: atuavam como vanguardas radicalizadas, distantes da realidade e das aspirações objetivas do grupo do qual pretendiam dirigir, abstraído as

das mudanças estruturais da sociedade e de suas implicações sobre os ajustamentos raciais – exprimiam novas assimetrias e contradições da estrutura social em transformação (COSTA PINTO, 1998). Ao conceber a modernidade como problemática, Costa Pinto se afastava das concepções dualistas em voga na década de 1950 – em particular da de seu mestre Jacques Lambert, formulada no clássico *Os dois Brasís* (LAMBERT, 1973). Nesse registro, em suas interpretações, a oposição arcaico/moderno não se encerrava em mecanicismo.

A compreensão das ambivalências do processo de mudança social levou Luiz de Aguiar a atribuir um sentido histórico à sociologia. A ciência da sociedade (concebida como ciência *mater*, globalizante) teria um papel fundamental no processo de transformação social. Entendida como ciência crítica porque não laudatória da ordem social vigente – a sociologia deveria apontar os problemas da mudança e as inconsistências do *status quo*. O estudo da obra de Costa Pinto revela que suas armas se dirigiam à ideia de imutabilidade da ordem social. A mudança era a lei fundamental da sociedade, por isso a sociologia deveria se sincronizar com os movimentos da realidade e centrar-se no estudo das transformações sociais. É nesse registro que se encerra a crítica de Luiz de Aguiar à “sociologia acadêmica” (COSTA PINTO, 1947; 1980b) – a qual estaria atrelada à sociedade capitalista desde seu nascimento e, portanto, seria incapaz de se abstrair dessa ordem para realizar a crítica consequente de seus fundamentos (em crise de transição). Costa Pinto foi um dos primeiros sociólogos brasileiros a assinalar as conexões entre sociologia e mudança social. Enfatizou esse aspecto antes que Florestan Fernandes, inclusive.

Costa Pinto não caiu na armadilha de analisar a mudança social no Brasil pela ótica da demora cultural, como o fez Florestan Fernandes. Pensamos que isso se deve especialmente ao fato do sociólogo baiano ter adotado em suas análises uma visão de estrutura social balizada pelas concepções de Karl Marx. A noção de estrutura social trabalhada pela dialética marxiana é mais complexa que a visão organicista do estrutural funcionalismo e permitiu à Costa Pinto perceber, desde cedo, as complicadas relações de multideterminação entre as várias partes que compõem a estrutura social, e, também, a realizar uma crítica

---

contradições de classe entre as “novas elites negras” e as “massas negras” operárias, frutos das mudanças sociais no Brasil (COSTA PINTO, 1998).

das teorias sociológicas norte-americanas. Sem dúvida, Marx é a maior referência de Luiz de Aguiar, entretanto, não se trata de caracterizá-lo como marxista, nem muito menos como marxista ortodoxo, já que ele sempre trabalhou com noções e metodologias que transcendem o marxismo. Além disso, pensamos que esse tipo de classificação, quando não é bem aplicado, concorre mais para obnubilar o estudo das ideias que para esclarecê-lo.

Em Florestan Fernandes, a ideia de uma circularidade que unia o passado ao presente estava esboçada na década de 1950; ela começou a emergir em suas análises da mudança social por meio da percepção crítica do conservadorismo. A mentalidade arcaica ajudava a retardar o processo de mudança econômico e social, já que resistia a ele. A noção de circularidade foi mobilizada por Elide Rugai Bastos (2002) para pensar a sociologia de Florestan Fernandes e de seus assistentes na cadeira de sociologia I na FFCL-USP: “em lugar de uma explicação linear opera como se as duas pontas do *continuum* se encontrassem e esse encontro gerasse, simultaneamente, o objeto, a unidade de pesquisa, o desafio à compreensão, a busca de um suporte teórico e o método de investigação” (BASTOS, 2002).

A autora concentrou sua análise na produção do grupo, por isso focalizou a obra de Florestan Fernandes a partir do final da década de 1950. Pensamos que a noção de circularidade se completa, se torna nítida e passa a constituir um dos pilares de sua sociologia da mudança social a partir do início da década de 1960. O livro *A sociologia numa era de revolução social* (FERNANDES, 1963b) é expressivo do movimento de reformulação das concepções de Florestan Fernandes sobre a mudança social no Brasil e sobre as relações desse processo com a sociologia. A radicalização do contexto histórico social e o aprofundamento do debate intelectual sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foram fatores essenciais para o redirecionamento das reflexões do autor.

As disputas acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil se acirraram no final da década de 1950 e início dos anos de 1960, desdobrando-se em crise econômica e política e em agitação social. Mesmo hegemônico, o projeto de desenvolvimento propugnado por setores nacionalista – ISEB, Centros Populares de Cultura da UNE (CPC’s) e Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>12</sup> –,

<sup>12</sup> A relativa comunhão de ideias do ISEB, do PCB e do CPC’s em torno do projeto de desenvolvimento autônomo (nacional) do capitalismo no Brasil estruturou-se a partir de um campo cultural comum, centrado em alguns eixos: a) “ida ao povo” com o objetivo de conscientizá-lo (rompendo com a alienação)



iniciado pelo segundo governo de Getúlio Vargas e aprofundado por Juscelino Kubitschek, era sistematicamente questionado pelos setores liberais ligados à UDN. No final da década de 1950 as taxas de crescimento econômico começaram a declinar e as dificuldades monetárias, financeiras e cambiais se intensificaram. O nacional desenvolvimentismo apresentava seus primeiros sinais de esgotamento (BIELSCHOWSKY, 1988).

Os indícios de colapso do ciclo de crescimento econômico e a instabilidade política foram acompanhados por grandes agitações no seio da sociedade. Ocorria um movimento de ascensão popular, expresso nas reivindicações de reforma agrária, impulsionadas pelas ligas camponesas; nas reclamações por melhores moradias nas cidades; na politização crescente do movimento operário, com o aumento do número de greves e as movimentações de caráter político dos sindicatos, como o protesto contra o capital estrangeiro e o imperialismo. Em termos políticos e ideológicos, o PCB ampliava significativamente sua influência sobre o movimento operário – processo que culminou na criação da Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização autônoma liderada pelos comunistas (AGGIO, et al, 2002, p. 66).

Impulsionado pelo elemento democratizante do processo de desenvolvimento, um “embrião de sociedade civil” (COUTINHO, 2000) começou a se fortalecer e a atuar mais incisivamente na vida política do país. Isso porque “camadas sociais cada vez mais amplas sentiam poder participar mais do desenvolvimento social, econômico e político” em curso (BENEVIDES, 1976, p. 254). O ano de 1963 foi marcado pelas agitações dos setores populares e progressistas em torno das Reformas de Base. Por outro lado, também ganhavam força órgãos ligados ao espectro conservador da sociedade:

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) são dois exemplos de entidades que se empenharam na articulação política com vistas

---

e transformá-lo em sujeito da história (da revolução nacional em curso); b) a identificação do principal entrave ao desenvolvimento nacional na contradição entre a nação e a anti-nação (relegando para segundo plano a contradição capital/trabalho, não por desconhecimento, mas por uma estratégia baseada na análise da conjuntura brasileira como propícia à união dos setores progressistas); c) a noção de que o Estado era o *locus* privilegiado para a condução da transformação social brasileira, daí a proposição de aproximar Estado e sociedade civil. Esses atores sociais eram fortemente influenciados pela ciência econômica e social produzida CEPAL, a qual propunha que o desenvolvimento deveria ser conduzido pela política de substituição de importações via industrialização massiva, planejada e fomentada pelo Estado (PÉCAUT, 1990; LAHUERTA, 2005).

à interrupção do ascenso de massas que havia no governo João Goulart. Da mesma forma, os quadros formados pela Escola Superior de Guerra cumpriram papel importante na formulação de uma alternativa política elitista para o país (AGGIO, et al, 2002, p. 67).

Nesse momento, o debate sobre desenvolvimento foi aprofundado na sociedade brasileira, galvanizando todas as atenções e dividindo as opiniões. Desse debate fizeram parte tanto os setores conservadores e liberais (mais ou menos, ligados ao latifúndio) quanto a intelectualidade e os atores políticos que se situavam no espectro progressista, tanto os setores filiados ao nacional desenvolvimentismo quanto os que eram avessos ao nacionalismo, como os cientistas sociais da cadeira de sociologia I da FFCL da USP<sup>13</sup> e os membros do CLAPCS<sup>14</sup>.

Em meio a esse contexto histórico-social, Fernandes reorientou sua visão sobre a sociedade, a sociologia e as conexões desta com a mudança social. Na avaliação do autor:

Graças à Campanha de Defesa da Escola Pública<sup>15</sup>, alguns meses após participar desse simpósio [Seminário Internacional Resistência à Mudança]<sup>16</sup>, tive a oportunidade de *sair do relativo isolamento a*

---

<sup>13</sup> Formada por Florestan Fernandes e por seus assistentes, cujos principais expoentes eram Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, também participaram do grupo Luiz Pereira, Maria Alice Foracchi e Maria Sylvania Carvalho Franco.

<sup>14</sup> O Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) foi criado em 1957 por decisão da Conferência Latino-Americana de Ciências Sociais, convocada pela UNESCO e realizada na cidade do Rio de Janeiro. O centro tinha por objetivo estudar e integrar dados e recursos humanos em uma perspectiva internacional, respeitando a particularidade de cada realidade regional e orientando suas pesquisas pela investigação dos diversos fatores sociais que se relacionavam ao desenvolvimento. Foi composto por cientistas sociais de várias nacionalidades e oriundos de distintos meios intelectuais, como: Gino Germani, Isaac Ganon, Pablo Gonzáles Casanova, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Manuel Diegues Júnior, entre outros. As pesquisas desenvolvidas no centro foram marcadas pela diversidade dessas contribuições (ALMEIDA, 1989; OLIVEIRA, 1995). Por isso, o CLAPCS representou uma experiência singular e inovadora dentro do contexto histórico-social e léxico-linguístico no qual surgiu, e também, no campo institucional das ciências sociais no Brasil e na América Latina. Nas palavras de Lúcia Lippi “O CLAPCS inaugurou uma dimensão nova, se tomarmos o escopo de sua temática. Até então tínhamos tido centros brasileiros, institutos nacionais, e foi com o CLAPCS que tivemos um momento de “integração” dos estudos sobre América Latina” (OLIVEIRA, 1995, p. 271).

<sup>15</sup> A campanha em defesa da escola pública se desenrolou entre os anos de 1958 e 1961 em virtude dos embates estabelecidos entre os setores conservadores (o clero católico ligado à educação e a iniciativa privada) e os progressistas (intelectuais, estudantes, líderes sindicais, etc., articulados em torno da liderança dos educadores) no processo de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Florestan Fernandes e seus assistentes na cadeira de sociologia I da FFCL-USP participaram ativamente do movimento. Para o sociólogo paulista a campanha foi uma resposta dos setores progressistas à influência conservadora no processo de discussão da LDB (FERNANDES, 1975).

<sup>16</sup> O CLAPCS, na época em que foi dirigido por Costa Pinto, realizou o “Seminário Internacional Resistência à Mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, em 1959, com o objetivo de discutir o desenvolvimento como um processo de mudança social, bem como os principais fatores de

*que ficam condenados, por contingências da carreira e por outros motivos menos louváveis, os professores universitários* (FERNANDES, 1963b, p. 204, grifos nossos, P.O.S.).semin

Florestan passou a conceber que a situação de subdesenvolvimento impunha ao sociólogo obrigações que transcendiam o estudo científico da mudança social, era preciso participar mais incisivamente desse processo para combater o atraso cultural. A mudança social continuou a ser compreendida por Florestan como um processo sócio-cultural e seu estudo científico permaneceu como a principal tarefa da sociologia. Entretanto, em uma era de revolução social, o sociólogo deveria participar do combate ao atraso cultural não apenas como cidadão, mas também como cientista. O autor radicalizou sua noção da vocação pragmática da sociologia, estabelecendo fronteiras menos rígidas entre ciência e política.

Nesse momento, Fernandes reviu suas posições sobre a mudança social no Brasil. Ela não seria apenas um caso de demora cultural – aqui a ideia de circularidade é basilar – já que o horizonte mental das elites arcaicas se convertia no padrão de mudança da sociedade brasileira. A hipótese de Ogburn seria corretamente aplicada somente a “comunidades urbanas da era industrial”, as quais não preponderariam na sociedade brasileira, salvo em alguns centros urbanos mais desenvolvidos. Portanto, sua utilização para a análise do processo de mudanças sociais no Brasil geraria graves distorções, comprometendo o conhecimento da realidade social (FERNANDES, 1963b, p. 211).

A desintegração da herança tradicional estaria apenas começando no Brasil. Essa percepção levou o autor a defender a necessidade de uma “revolução copernicana” no estudo da mudança social no país. Era preciso, em sua avaliação, centrar a análise na “qualidade da mudança” que estava em curso e, também, no que se poderia esperar dela. Florestan Fernandes buscou as causas da resistência sociopática à mudança social no passado escravocrata, argumentando que havia uma dissociação entre o processo de secularização do pensamento e a realidade social – base que permitiu às camadas dominantes criarem uma tradição de manipulação da própria mudança

---

resistência a ele. Os trabalhos do evento foram organizados em sete sessões nas quais foram discutidas quarenta e três comunicações. Entre os participantes estavam nomes de peso das ciências sociais como Charles Wright Mills, Jacques Lambert, Alfred Métraux, Darcy Ribeiro, Gino Germani, Isaac Ganón, entre outros.

social. Historicamente esse processo teria se dado à medida que as técnicas sociais que concorriam para a secularização do pensamento, como os ideais liberais e republicanos, teriam sido utilizadas pelas elites dirigentes em função de seus interesses – os quais não levavam em conta as necessidades reais do país. Portanto, o ideário liberal e republicano introduzido em um chão social patrimonialista não pôde se converter em fator de democratização política; as camadas subalternas continuaram à margem das decisões sobre os rumos do país (FERNANDES, 1963b, p. 215-216).

Daí o processo de mudança social ser conduzido de forma exclusivista no Brasil, em função dos interesses das camadas dominantes remanescentes do passado. Mais precisamente, as transformações engendradas pela abolição da escravidão, como a emergência de novos elementos nas camadas dominantes, não teriam sido suficientes para romper com o horizonte cultural patrimonialista. Por isso o passado da sociedade brasileira prosseguia se atualizando no presente; as antigas camadas dominantes se transfiguravam por meio da incorporação de novos componentes, mas mantinham a mentalidade configurada no seio da ordem social escravocrata e patrimonialista. Desse processo, teria resultado uma opção de mudança social perversa, conservadora e irracional:

*temos uma opção de mudança social que pretende submeter as forças que alteram a estrutura e a organização da sociedade brasileira aos interesses e aos valores sociais de camadas tradicionalmente acostumadas à estabilidade social e ao que ela sempre ocultou no Brasil: extrema iniquidade na distribuição de terra, da renda e das garantias sociais; operação automática de controles sociais que regulavam ou dissimulavam as tensões sociais, por meio da dominação autocrática dos poderosos e da acomodação passiva dos subordinados; identificação das fontes de lealdade através de relações pessoais e diretas, objetiváveis no âmbito da família, da parentela ou de grupos locais e regionais. Os que tinham a iniciativa da opção possuíam também as condições para dela tirar todo o proveito possível. Ou as coisas não se alteravam; ou elas se alteravam sem modificar o padrão fundamental da integração da ordem (FERNANDES, 1963b, p. 207-208, grifos nossos, P.O.S.).*

Para Florestan Fernandes a particularidade do processo de mudança social no Brasil era o seu controle exclusivo pelas elites dirigentes. Estas, por terem um horizonte cultural estreito, marcadamente patrimonialista, conduziam o processo no sentido da preservação de privilégios incompatíveis com uma ordem social competitiva e democrática – engendrando assim os dilemas da mudança social no Brasil. Esta análise nos permite qualificar o padrão de mudança social no Brasil identificado pelo autor como: exclusivista e unilateral, por se dar em função dos interesses das camadas dominantes, caracterizados pelo anseio de redefinição de posições privilegiadas na estrutura da sociedade; formalista, por alterar somente os aspectos da realidade que não modificavam de fato a estrutura social; irracional, porque o apego ao passado atuava contra a realização plena da civilização ocidental no país, o que geraria graves problemas sociais e propiciaria a emergência de revoluções devido ao acúmulo de tensões criadas pela mudança; antidemocrático, porque excluía os setores subalternos e as classes médias dos processos de decisão, bloqueando assim outras opções de mudança social para o país.

Florestan Fernandes e Costa Pinto convergiram na perspectiva de realizar uma proposta universal de sociologia.<sup>17</sup> E nesse ponto se distanciaram de Guerreiro Ramos – proponente de uma sociologia voltada para o desenvolvimento nacional. Aliás, Costa Pinto e Florestan Fernandes estavam na mesma trincheira da crítica ao nacionalismo. Para eles a proximidade, ou o comprometimento, dos intelectuais do ISEB com as políticas de desenvolvimento nacional obnubilava a visão acerca das contradições internas do processo de desenvolvimento. Por isso, qualificavam a produção dos intelectuais nacionalistas como ideológica, opondo a elas o “estudo científico” da mudança social em processo, tarefa essa que seria realizada por eles e pelos intelectuais desvinculados das políticas governamentais. Nesse registro, Costa Pinto e Fernandes estabeleceram fronteiras claras entre a ciência e a política.

Os dois autores acreditavam que o “estudo científico” do processo de mudança social se constituía uma tarefa da sociologia e que esta seria sua forma específica de contribuir com as transformações sociais em curso. Ou seja, a forma típica de

---

<sup>17</sup> Para uma comparação entre as visões de sociologia e de mudança social de Florestan Fernandes, Costa Pinto e Guerreiro Ramos, consultar Villas Bôas (2006). A autora discute as divergências e proximidades entre as visões dos sociólogos, assinalando que para ambos a sociologia tinha um papel histórico porque era um instrumento privilegiado para a transformação da sociedade.

participação da ciência da sociedade no processo de mudança social era o seu “estudo científico” (o que eles consideraram como científico), o qual abriria a possibilidade de orientar a mudança de forma racional, desvelando os obstáculos estruturais que a entravavam ou retardavam. Por isso, tanto Florestan como Costa Pinto optaram pela mudança social provocada. Florestan foi mais incisivo nas discussões sobre a mudança social provocada, propondo uma construção teórica especial (a sociologia aplicada) para orientar o processo. A proximidade com as formulações de Karl Mannheim foi decisiva para o aprofundamento dessa dimensão nas análises de Florestan Fernandes.

Em meio ao processo de transformações sociais pelo qual o Brasil passava em um momento decisivo de sua modernização capitalista, a geração de cientistas sociais da década de 1950 exerceu um forte protagonismo intelectual. Colocaram-se nos debates que perpassavam a esfera pública, pensando a transformação da sociedade, procurando formas de superar o atraso, a alienação, o neocolonialismo, ou o subdesenvolvimento econômico, social e cultural. Nesse sentido, a despeito das diferenças de concepções, atribuíram um sentido missionário à atividade intelectual e imprimiram um sentido histórico a suas atividades científicas. Isso porque compreendiam a ciência como uma potência capaz de orientar racionalmente o processo de mudança social. Tomada pelo espírito de sua época, a produção dos cientistas sociais das décadas de 1950 e 1960 expressa os dilemas, os erros, os acertos, os desafios, as ambivalências de uma sociedade que ansiava ser moderna, capitalista, democrática, competitiva.

Os intelectuais nacionalistas ou não nacionalistas, paulistas ou cariocas, desejavam o desenvolvimento – compreendido como melhoria do homem e da sociedade humana num sentido geral – pensando e propondo a mudança social em um registro progressista. Embora convergissem nesse ponto, divergiam quanto à caracterização dos sujeitos sociais que levariam a cabo o processo de desenvolvimento no Brasil, e, também, quanto ao papel dos cientistas sociais nesse processo. Nesse contexto, Florestan Fernandes e Costa Pinto constituíram-se em construtores privilegiados do léxico pelo qual a sociologia pensou a mudança social no Brasil e na América Latina. Por meio de suas formulações teóricas e interpretativas sobre a mudança social, das polêmicas metodológicas que travaram e das posições

institucionais que ocuparam, tanto Fernandes quanto Costa Pinto edificaram um *approach* conceitual, metodológico e teórico para o estudo da mudança. Além disso, suas interpretações sobre o processo assinalaram o debate intelectual nos anos de 1950 e 1960 e, também, nas décadas posteriores. O Seminário Internacional Resistência à Mudança indica a presença das formulações dos dois autores no debate sobre a mudança social, as polêmicas com os nacionalistas, em particular com Guerreiro Ramos, também.

A ideia de que o moderno (identificado com os elementos introduzidos pelo capitalismo na estrutura social) também é problemático e por isso implica em obstáculos à mudança social progressiva tanto quanto os aspectos tradicionais da sociedade – balizada primeiro por Costa Pinto e depois por Fernandes – tornou-se uma referência obrigatória para pensar o processo de modernização capitalista no Brasil e na América Latina. Também foi mobilizada pela geração posterior (em especial pelos cientistas sociais da USP<sup>18</sup>) para criticar o que eles consideraram como os equívocos do nacionalismo, principalmente a proposição de aliança entre as forças progressistas da nação contra a anti-nação.

Houve uma convergência entre as sociologias praticadas em São Paulo e no Rio de Janeiro nas análises desenvolvidas no pré-1964. Nos anos de 1940 havia uma distinção mais nítida entre um projeto de sociologia empírico-indutiva (em São Paulo) e uma sociologia macroestrutural (Rio de Janeiro). Entretanto, a compreensão da sociologia brasileira como um “estilo de pensamento” que tem uma “unidade interna” e reflete o “espírito de sua época” nos permite identificar a aproximação dos dois projetos de sociologia e sua convergência para o estudo da mudança social (com fundamentos empíricos e no registro macroestrutural). As duas modalidades de sociologia contribuíram por meio de suas especificidades e do seu entrelaçamento para uma compreensão científica e crítica do processo de modernização capitalista do Brasil, de suas particularidades e dos focos de resistência a ele. Isso porque, a despeito das diferenças entre as concepções de sociologia e de seu papel no processo de mudança social, que devem ser compreendidas, os desafios daquele momento histórico, impostos pela implantação do capitalismo no Brasil, foram o foco de unidade dos intelectuais do período.

---

<sup>18</sup> Entre eles Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, Maria Sylvia Carvalho Franco, Francisco Weffort.

SOUZA, P. O. Making science, making history: Florestan Fernandes, L. A. Costa Pinto and the sociology of social change in Brazil. *Perspectivas*, São Paulo, v. 46, p. 189-215, jul-dez, 2015.

■ **Abstract:** *This article discuss theoretical and interpretative approaches of Florestan Fernandes and L. A. Costa Pinto about social change in Brazil. These two sociologists actively participated in the intellectual debate about the development that happened in the 1950's and 1960's, decisive moment for the implantation of Brazil's capitalism, marked by project contests about the country's routes amid the rising linkage of civil society. In that context, distancing from the hegemonic nationalism in intellectual debate e from separate perspectives – close at a certain point, distant at others – Fernandes and Costa Pinto thought about the singularities of social change in underdeveloped countries, joining the debate of epistemological questions about the appropriate procedures that would allow sociology to contribute with the social change process on course, because these two authors understand the sociological knowledge simultaneously as History products and History producers. By the means of their theoretical and interpretative works, Florestan Fernandes and Costa Pinto became builders of the lexical linguistic whereby sociology thought about social change in Brazil and Latin America in the 1950's and 1960's.*

■ **Keywords:** *Florestan Fernandes. Costa Pinto. Sociology. Development. Social Change. Structural Marginality.*

## Referências

AGGIO, A. et al. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALMEIDA, M. H. T. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP/Vértice/FINEP, 1989, v. 1, p.188-216.

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n. 4, v. 2, p. 5-28, jun/1987.

ARRUDA, M. A. do N. A sociologia no Brasil – Florestan Fernandes e a “escola paulista” de sociologia. In. MICELI, S. (org.). *História*



*das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1995, v.2, p. 107-232.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: Editora nacional, [1953]1959 (Brasiliana, 305).

BASTOS, E. R. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, S. (Org.) *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo; Brasília: ANPOCS; Ed. Sumaré; CAPES, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/INPE, 1988 (Série PNPE – 19).

BENEVIDES, M. V. M. *O governo Kubitschek; desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

COSTA PINTO, L. A. Sobre as classes sociais. *Sociologia: Revista didática e científica*. São Paulo, v. 8, n. 4, p. 242-258, 1946.

\_\_\_\_\_. Sociologia e mudança social. *Sociologia: Revista didática e científica*. São Paulo, v. 9, n. 4, p. 287-331, 1947.

\_\_\_\_\_. A estrutura da sociedade rural brasileira. *Sociologia: Revista didática e científica*. São Paulo, v. 10, n. 2-3. p. 146-193, 1948.

\_\_\_\_\_. *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana*. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de pesquisas em ciências sociais, n. 01, 1958.

\_\_\_\_\_. *Estructura de clases y cambio social*. Bueno Aires: Eudeba, 1964.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico e transição social*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

\_\_\_\_\_. *Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Nacional. [1943]1980a. (Brasiliana).

\_\_\_\_\_. *Sociologia e desenvolvimento*. 8ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b (Retratos do Brasil, 20).

\_\_\_\_\_. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1953]1998.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERNANDES, F. O problema do método na investigação. *Sociologia: Revista didática e científica*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 332-345, 1947.

\_\_\_\_\_. Existe uma “crise da democracia” no Brasil? *Anhembi*. São Paulo, v. 16, n. 48, nov/1954.

\_\_\_\_\_. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1961.

\_\_\_\_\_. *A organização social dos Tupinambás*. 2ª. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963a.

\_\_\_\_\_. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1963b.

\_\_\_\_\_. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 2ª. ed. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1970.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

\_\_\_\_\_. Sobre o trabalho teórico. *Transformação*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis-SP, Departamento de Filosofia, n. 2, p. 5-86, 1975.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3ª. ed. São Paulo: Pioneira, [1959]1976.

\_\_\_\_\_. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

FERREIRA, J. *Resistência à mudança: um debate dos cientistas sociais na década de 50*. Dissertação (Mestrado). UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

LAHUERTA, M. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, p. 157-186, jul/dez, 2005.

LAMBERT, J. *Dois Brasis*. 8ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973 (Brasilianas, v. 55).

MANNHEIM, K. *Libertad, poder y planificación democrática*. 1ª.ed., México: Fondo de cultura económica, 1953.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico de nosso tempo*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

\_\_\_\_\_. *Ideologia e Utopia*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, L. L. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.) *História das ciências sociais no Brasil*. v.2. São Paulo: Ed. Sumaré/FAPESP, 1995.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUDANÇA: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento. *Anais...* Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.

VILLAS BÔAS, G. Por que rever mais uma vez o conceito de marginalidade estrutural de L. de A. Costa Pinto? *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, p. 79-104, jul/dez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Mudança provocada*. Interpretações do moderno no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

VIANNA, L. J. W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

